

O fim da ontologia do valor: uma breve análise foucaultiana do pensamento econômico no final do século XIX

The end of the ontology of value: a brief foucauldian analysis of economic thought from the end of the nineteenth century

Pedro Ivan Moreira de Sampaio

Doutorando em Filosofia pela USP
ivandesampaio86@gmail.com

Resumo: Neste artigo, tomar-se-á a teoria do valor subjetivo, emergente a partir de Carl Menger e William Stanley Jevons, para descrever o início de uma mudança, que separa a Economia Política, descrita por Michel Foucault como um saber fundado na figura moderna do *homem*, da Ciência Econômica, cognoscível necessariamente a partir do mercado. Com a leitura dessa cisão no pensamento econômico, acredita-se ser possível ver os primeiros traços de uma transformação epistêmica. Trata-se de um quadro no qual o *homem*, centro gravitacional do saber moderno, paulatinamente se desloca da posição de sujeito, caminhando para a indistinção junto aos demais objetos do saber. No conjunto dessas transformações, pretende-se indicar que uma das marcas deixadas no pensamento é a impossibilidade de uma ontologia. Aponta-se, assim, para a presença de uma ontologia do valor na Economia Política do século XIX, e sua posterior inviabilidade na Ciência dos marginalistas, onde o valor não pode mais ser tomado como *ούσία*.

Palavras-chave: Teoria do valor; *epistème* moderna; ontologia; momento marginalista.

Abstract: *In this paper, we will take the theory of subjective value, emerging from Carl Menger and William Stanley Jevons, to describe the beginning of a change that separates Political Economy, described by Michel Foucault as knowledge based on the modern figure of man, from the Economic Science, which is necessarily cognizable from the market. With the reading of this schism in economic thought, it's believed that it's possible to see the first traces of an epistemic transformation. It's a picture where man, the gravitational center of modern knowledge, gradually moves from the position of the subject, walking towards indistinction with the other objects of knowledge. In the set of these transformations, it's intended to indicate that one of the marks left in the thought is the impossibility of an ontology. In other words, this paper indicates the presence of an ontology of value in the political economy of the nineteenth century, and its subsequent unfeasibility in the science of marginalists, where value can no longer be taken as ούσία.*

Keywords: *Theory of value; modern episteme; ontology; marginalist moment.*

Objetiva-se, neste artigo, apresentar uma transformação que teve lugar no pensamento econômico do final do século XIX. Tratar-se-á de debruçar-se, um pouco, sobre os escritos da escola marginalista de economia, nascida na década de 1870. É possível apreender, especialmente do contraste existente entre os escritos de Carl Menger, William Stanley Jevons e Leon Walras com a tradição ricardiana da Economia Política, a abertura de uma fenda que separa dois solos de possibilidade do saber. Essa contraposição dos marginalistas com a Economia Política de David Ricardo é capaz de indicar os primeiros passos, ou os prolegômenos de uma transformação epistêmica. Trata-se fundamentalmente da transformação anunciada por Michel Foucault, em tom quase profético, nas frases finais de *As palavras e as coisas* (2007), e que o filósofo menciona, de modo mais preciso, em uma entrevista de 1967, no qual indica a década de 1950 como o marco para o fim da modernidade (FOUCAULT, 2001, p. 627). Em resumo, parte-se, aqui, do saber econômico, especialmente do esforço de observar, nesse domínio específico do conhecimento, o desaparecimento do *homem*. Justamente ao esboçar esses traços primeiros do apagamento da figura do *homem* na emergente Ciência Econômica no final do século XIX, é possível perceber que o movimento tectônico dessa *epistême* enseja, ali, uma transformação para além deste apagamento. Juntamente com o desvanecer do *homem*, “tal qual um rosto de areia na orla do mar” (FOUCAULT, 2007, p. 536), também desaparece, aqui, a possibilidade de fazer uma ontologia, ao menos nessa Ciência Econômica nascente no momento marginalista. É, então, sobre este ponto preciso que se pretende tratar neste escrito. Objetiva-se mostrar que essa transformação do saber econômico no final do século XIX faz desaparecer também a possibilidade de uma ontologia ou de um saber que se funda na pretensão de apreender a essência dos objetos. Para tanto, parte-se de um ponto basilar do saber econômico no século XIX, a teoria do valor. É justamente na teoria do valor que os economistas marginalistas vão apresentar uma novidade que fez com que estes pensadores tenham galgado seu lugar em praticamente todos os manuais de história do pensamento econômico. Desse modo, pretende-se mostrar como Michel Foucault lê o pensamento econômico da modernidade, indicar a transformação introduzida pelos marginalistas na teoria do valor para, com isso, mostrar que, a partir dessa transformação, desaparece a possibilidade de fazer uma ontologia do valor, nascendo, assim, um saber econômico que já não tem como pretensão o conhecimento de uma substância, mas sim, fundamentalmente, um governo dos bens e agentes econômicos.

Para iniciar, parte-se da teoria do valor-trabalho. A primeira formulação propriamente acabada desse modo de conceber o valor está no pensamento do economista inglês David Ricardo, especialmente em seu livro publicado em 1817, intitulado *Princípios de Economia Política e Tributação*. Na edição canônica dessa obra, de 1821, pode ser lido o seguinte:

O valor de um bem, ou seja, a quantidade de qualquer outro bem pelo qual possa ser trocado, depende da quantidade relativa de trabalho necessário para produzi-lo e não da maior ou menor compensação paga por este trabalho. (RICARDO, 1978, p. 31)

Note-se que, em Ricardo, o trabalho aparece inicialmente como algo merecedor de compensação, algo que deve ser indenizado e não meramente remunerado. Ricardo refere-se ao trabalho utilizando-se da palavra inglesa *labor* – em latim, com mesma escrita, significa “atividade dispensada”, “tarefa a ser cumprida”, “resultado de uma pena”. O valor, por sua vez, depende da quantidade de esforço humano penoso (trabalho) depositado na coisa no ato de sua produção, independentemente de quão justa seja a indenização por esse esforço.

Nesse contexto, o valor corresponde a esse tempo de trabalho humano depositado na coisa. Tomar o valor como fundado em uma atividade humana quantificada por sua duração e usar esse critério como medida da categoria mais básica de inteligência da economia faz com que a Economia Política, erigida sobre esta pedra, tenha, no *homem*, o cerne próprio de sua cognição. É a dimensão transitória desse *homem*, que justamente por se saber finito, o faz capaz de entender o dispêndio de uma parcela de seu tempo como dotada de valor, como capaz de valorar todas as mercadorias. Nesse sentido, as mercadorias retiram da própria finitude imanente do *homem* a essência pura do valor. Nas palavras de Foucault (2007, p. 309): “Os homens trocam porque experimentam necessidades e desejos; mas *podem* trocar e *ordenar* essas trocas porque são submetidos ao tempo e à grande fatalidade exterior”.

Para além disso, é digno de destaque o fato de que o valor substancializa o trabalho, e não o montante pelo qual este é indenizado. A análise em Ricardo desloca, então, seu foco, deixa de lado a *representação* de uma atividade quantificável pelos custos de reprodução da força de trabalho, para, agora, voltar sua atenção a esse trabalho imbuído nas coisas por meio de um processo. Processo este que orienta boa parte da teoria econômica do nascente século XIX, o processo de produção.

A Economia Política consistirá, então, em um esforço de compreensão, fundamentalmente, desse processo produtivo. A partir dele é que toda economia poderá ser entendida. O motivador que Ricardo identifica para conduzir o *homem* à produção do valor não é outro senão a própria preservação. Para Ricardo, a natureza não é fecunda; ao contrário, ela é estéril ou ao menos insuficiente. É, assim, com o intuito de sublevar a carência fundamental da natureza que o *homem* será impelido a consignar uma parcela de sua própria finitude à atividade produtiva. Nesse sentido, é importante destacar que fundar o ímpeto para o trabalho na carência significa dizer que o *homem* trabalha, produz, antes de tudo, para assegurar sua própria subsistência. É a iminência da morte que o faz produzir para além do que a natureza oferece. Este homem é então “aquele que passa, usa e perde sua vida escapando da iminência da morte.” (FOUCAULT, 2007, p. 353).

De forma bastante sintética, o que se observa no pensamento de Ricardo é um esforço para atribuir à finitude do homem uma forma concreta; em apenas uma palavra, essa forma é o trabalho. Dessa maneira, a Economia Política em Ricardo se estrutura nos entornos da figura do *homem*. Esse *homem*, em sua atividade, para sublevar a carência da natureza e salvar sua vida, encontra no trabalho a forma concreta de sua própria história. Imbuindo, assim, seu trabalho nas coisas, esse *homem*, enfim, acrescenta algo de si ao mundo e produz, desse modo, o valor, o complemento fundamental à insuficiência da natureza que assegura sua subsistência. Esta atividade consiste em um dispêndio de tempo, tem duração, se acumula, tem história, e organiza-se de forma

mais complexa em um processo produtivo de todas as mercadorias. Desse modo, a Economia Política de Ricardo consiste na compreensão desse processo histórico de produção, motriz da economia e categoria basilar de toda inteligência dos fenômenos, causalidades e objetos do saber econômico.

Em todo caso, Ricardo pode ter iniciado, de forma mais explícita, esse movimento. Entretanto, a grande referência do século XIX, quando se menciona a produção, certamente não são os escritos desse inglês, mas um pensamento cuja potência de sua obra faz emergir, do cerne do processo produtivo, a unidade de uma classe proletária, com a promessa não só da subsistência, mas da libertação. Não é possível falar sobre produção, no século XIX, sem dedicar ao menos algumas linhas a Karl Marx.

Tomando como referência inicial o primeiro capítulo de *O Capital* (2008), pode-se constatar que Marx é um tributário do que já foi, aqui, descrito como a teoria do valor-trabalho. Em todo caso, antes de simplesmente fazer essa afirmação, cabe ressaltar que já no início de *O Capital* há uma particularidade, aparentemente sutil, mas que não deve ser negligenciada. Marx, contrariamente à tradição, decide principiar sua reflexão não pelo esforço de definir propriamente o valor, mas sim a mercadoria. Para ele, a mercadoria é um duplo, uma unidade composta simultaneamente por um *valor de uso* e um *valor de troca*. O trabalho, igualmente, deve ser analisado em uma duplicidade fundamental. O *trabalho concreto*, que é aquele do marceneiro, do fiandeiro, do pedreiro que produz fundamentalmente um *valor de uso*, uma mercadoria em seus atributos dados ao consumo que a dotam de utilidade. Para além disso, há também o *trabalho abstrato*, aquele “dispêndio de força de trabalho humana, sem consideração pela forma de seu dispêndio” (MARX, 2008, p. 60). Este último é, fundamentalmente, um tempo de trabalho e é o que corresponde ao *valor de troca*.

Para o saber econômico propriamente, é o *valor de troca* que importa, ou que é chamado simplesmente de valor. Isto porque o *valor de uso* é, para Marx, apenas o veículo que permite a uma mercadoria possuir *valor de troca*. Mas, é a quantificação de valor nas trocas que constitui fundamentalmente o objeto base que permite à economia tornar-se inteligível. Para além disso, é preciso pontuar que este *valor de troca*, para Marx, tem um caráter profundamente social. Se o *valor de uso* é oriundo do tempo de trabalho concreto que um trabalhador particular demandou para a produção de uma mercadoria, o *valor de troca* depende da produtividade média de uma sociedade para produção de um determinado tipo de mercadoria. Nesse caso, a mercadoria aparece não só como o depósito do trabalho singular de um *homem* que imbuíu nela parte de sua finitude, mas também como o produto de um processo produtivo socialmente constituído que carrega em si, não apenas a finitude de um *homem*, mas a história de uma sociedade.

Nesse sentido, o *valor de troca* é que permite o estabelecimento de proporções equivalentes entre diferentes mercadorias e, por conseguinte, a possibilidade de efetuar trocas entre elas. No pensamento de Marx, este fato evidencia que há algo de comum nas coisas cambiáveis. Esta constatação não consiste propriamente em uma novidade: mesmo muito antes de Marx ou Ricardo, ainda na antiguidade, Aristóteles (1133a 20-32) estabeleceu a moeda como ficção estável capaz de tornar as mercadorias comensuráveis e intercambiáveis e, desde então, esse tema foi quase sempre retomado nos escritos sobre economia. Por outro lado, o que Ricardo trouxe de novo em sua

teoria do valor, com o que Marx corrobora, é a afirmação de que o elemento comum internalizado em todas as mercadorias é o trabalho e somente ele. Dessa maneira, o *valor de troca* é definido como a quantidade de trabalho contido na mercadoria e sua intelecção é assegurada tanto pela finitude dos *homens* como pelo caráter social do processo que a deposita nas mercadorias.

Assim sendo, o valor-trabalho consiste nesta substância comum a todas as mercadorias. Ele é produto da própria finitude do *homem* operada em um processo social de produção. Esse fragmento de finitude deposita-se nas coisas por meio de uma atividade penosa, o trabalho, e pode ser reconhecido como valor por meio da capacidade do *homem* em perceber, nas mercadorias, uma parcela de si próprio e da história de seu tempo.

Por essa natureza substancial do valor-trabalho, bem como ante ao caráter antropológico de sua constituição e intelecção, é que, para Marx, o valor pode ser tomado como uma ούσία¹, uma essência de constituição fundamentalmente humana e social. Assim, Marx constata que, no sistema capitalista, todas as coisas são mercadorias, ou seja, possuem valor, e este valor é dotado de uma natureza substancial da ordem do material. Encontra-se aí a condição necessária que permite a produção de uma ontologia do valor. E, por meio disso, uma ontologia da própria realidade material, uma vez que esta é habitada por essa substância comum inteligível para o *homem*, o valor.

É preciso reconhecer que essa passagem está sendo, aqui, apresentada de modo muito rápido. Há uma pluralidade de leituras de Marx que contestariam essa natureza “substancialista” do valor indicada aqui. Mas o que se pretende destacar não é a afirmação categórica da substância valor, e sim a possibilidade de conceber deste modo a leitura que Marx faz sobre a Economia Política de seu próprio tempo. Com essa leitura, é possível entender um pouco a possibilidade de fazer essa ontologia do real, de postular o real como um dado fundamentalmente concreto e fruto da materialidade do processo de produção. Nesse sentido, seria possível, para essa Economia Política do XIX, se produzir como um saber com pretensão de descrever o real tal qual uma coisa, de produzir uma ontologia da realidade enquanto tal.

É precisamente esse caráter do saber econômico que deixou de ser possível depois da teoria do valor dos economistas marginalistas. Para tanto, então, dedicam-se as páginas finais deste texto para discorrer um pouco sobre a teoria subjetiva do valor. Teoria esta formulada simultaneamente e independentemente por Carl Menger na Áustria e por William Stanley Jevons na Inglaterra. Para partir de uma definição sintética é cabível mencionar Menger no capítulo III de seu livro intitulado *Princípios de Economia Política*:

[...] o valor não é algo inerente aos próprios bens; não é uma propriedade dos mesmos e muito menos uma coisa independente, subsistente por si mesma. O valor é um juízo que as pessoas envolvidas em atividades econômicas fazem sobre a importância dos bens de que dispõem para a conservação de sua vida e de seu bem-estar; portanto só existe na consciência das pessoas em questão. [...] O que existe objetivamente são apenas coisas – ou então, quantidades das mesmas; o valor dessas coisas é algo essencialmente diferente das mesmas – ou seja, é um juízo que as pessoas fazem sobre a importância que o dispor delas

1 Ousia.

tem para a conservação de sua vida ou de seu bem-estar. [...] o valor é por sua própria natureza algo totalmente subjetivo. (MENGER, 1983, p. 287)

Observe-se que, apesar de Menger insistir no uso de termos como essência e natureza, para ele o valor propriamente não possui essência, ou natureza. O valor justamente não tem substância, não existe enquanto uma coisa. Ao colocar o valor como um julgamento individual, como oriundo exclusivamente de um apreço do indivíduo e, assim, potencialmente variável para cada indivíduo, o efeito primeiro que se pode tirar deste ato é que a Ciência Econômica, fundada a partir desta concepção de valor, certamente não se pretende uma ciência do ser próprio do valor e sua produção na sociedade.

Isto pode ser confirmado, ao insistir com o exame tanto do mencionado livro de Menger quanto da obra de Jevons, intitulada: *A Teoria da Economia Política* (1983). Ambos os economistas fundam sua concepção de valor em juízos individuais. Dessa maneira, eles produzem uma formulação para o valor como sendo um julgamento absolutamente particular. Ante este perspectivismo centrado no indivíduo, ao contrário do que se poderia esperar, a validade geral da Ciência Econômica dos marginalistas não vai se reportar a nenhum atributo comum dos homens atinente as suas capacidades de avaliar os bens, não haverá nenhuma característica antropológica universal que autorize um julgamento comum do valor. Esses economistas vão, ao contrário, reforçar a pluralidade potencialmente infinita destes julgamentos. Para eles, a Ciência Econômica se funda no ato de dispor e ordenar esse vasto conjunto de julgamentos individuais de valor. A pretensão dessa ciência será, assim, conseguir extrair tendências padrões dessa pluralidade ou identificar normalidades e convergências em meio à multiplicidade de variáveis. Dessa ordenação, a partir das relações de troca que se dão no mercado, será possível produzir preços para os diferentes bens. E estes, por sua vez, serão sempre únicos em um mesmo tempo. Para dizer muito rapidamente e sem fazer todas as demonstrações presentes nos escritos de Menger e Jevons, pode-se afirmar que, neste “momento marginalista”, a unidade do preço é produzida no mercado por uma série de procedimentos que consistem, fundamentalmente, em um modo de governo daquela variedade imensa de julgamentos particulares de valor.

Se na teoria do valor-trabalho havia um traço antropológico que permitia a inteligência do mundo a partir do valor contido em todas as coisas como reportado à finitude geral do *homem* e à história do processo produtivo da sociedade, é isso que estará ausente nos marginalistas. A teoria do valor subjetivo desenha um mundo cujo valor é multiplicado por infinitas perspectivas individuais; a realidade dos bens econômicos em circulação no mercado será, antes, definida pela composição destes julgamentos no mercado e varia, não consoante um grande processo histórico da produção, mas sim da estrutura organizativa deste mercado e da quantidade de bens em oferta face à demanda por eles.

Nesse contexto, esse modo de valoração concebido pelos marginalistas não permite que se postule uma ontologia da realidade econômica. O real justamente não é um dado inteligível por meio de uma identidade substancial, é antes um produto da composição e ordenação das inumeráveis individualidades que possuem diferentes apreços pelos bens existentes no mundo. Mesmo a unidade que os marginalistas

postulam dos preços é sempre precária, única em um dado momento, mas variável para o instante seguinte; trata-se de um equilíbrio dos preços sempre dinâmico, que não encontra substrato em uma realidade, mas em uma estrutura de disposição dos mercados.

Talvez seja assim que se possa começar a entender o desaparecimento do *homem*. Essa figura ocupava o epicentro do saber, a Economia Política fazia precisamente com que a inteligência dos processos econômicos orbitasse o eixo gravitacional do *homem*. Nesse sentido, a ontologia do valor, a partir do trabalho, aparecia igualmente na dependência desse humanismo da *epistémé* moderna. O apagamento dessa figura, ou seu deslocamento do centro da *epistémé*, indica, simultaneamente, o desmantelamento de uma ontologia da realidade que encontrava nesse *homem* sua unidade substancial. Toda a materialidade do processo de produção, capaz de tornar inteligível o real pelo seu caráter antropológico da concretude econômica, parece se desvanecer juntamente com a figura do *homem*.

O edifício sólido de uma teoria econômica pensada a partir da produção tinha assim sua matriz epistemológica de cognição atrelada à figura moderna do *homem*. Tratava-se de uma ontologia muito particular, que parece se desvanecer juntamente com o homem. Como na orla do mar, um rosto de areia desvanece-se, fazendo tudo que é sólido desmanchar no ar.

Nesses termos, a ontologia, um traço do pensamento que já se manifestou na esfera de desvelamento dos mortais, na indistinção entre o cuidado e o conhecimento, na semelhança que ordenava o lugar das coisas no mundo e na representação capaz de lançar a imagem do real no plano do pensamento, talvez tenha encontrado no *homem* moderno, esse duplo empírico e transcendental, sua última manifestação. Deixando para trás a possibilidade de um conhecimento sobre as coisas e dando lugar a um saber que não conhece, mas apenas dispõe e governa.

Bibliografia

ARISTÓTELES. *Éthique à Nicomaque*. Paris: Editions GF Flammarion, 2004.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *La nouvelle raison du monde: essai sur la société néolibérale*. Paris: Éditions La Découverte/Poche, 2010.

_____. *Marx prénom: Karl*. Paris. Editions Gallimard. 2012.

FEIJÓ, R. *Economia e Filosofia na Escola Austríaca: Menger, Mises e Hayek*. São Paulo: Editora Nobel, 2000.

_____. *História do Pensamento Econômico*. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2001.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Editora Forense Ltda., 2011.

_____. *A ordem do discurso*. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

_____. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Tradução: Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. *Dits et Ecrits I 1954 – 1975*. Paris: Éditions Gallimard, 2001.

_____. *Naissance de la biopolitique: Cours au Collège de France 1978-1979*. Paris: Éditions Seuil/Gallimard, 2004.

GIANOTTI, J. A. *Considerações sobre o método*. In: MARX, K. *O Capital (Livro I)*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

HUNT, E. K. *História do Pensamento Econômico: uma perspectiva crítica*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2005.

JEVONS, W. S. *A Teoria da Economia Política*. Tradução: Cláudia Laversveiler de Moraes. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

LAVAL, Christian. *L'homme Économique: Essai sur les racines du néolibéralisme*. Paris. Éditions Gallimard, 2007.

MARX, K. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política*. Tradução de Mario Duayer e Nélio Schneider. Rio de Janeiro: Boitempo, 2011.

_____. *Miséria da Filosofia*. Tradução de José Carlos Orsi Morel. São Paulo: Ícone editora, 2004.

_____. *O Capital*. Vol I. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MENGER, C. *Princípios de Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

RICARDO, D. *Princípios de economia política e de tributação*. Tradução: Maria Adelaide Ferreira. Lisboa. 2. Ed. Calouste Gulbenkian, 1978.

SAMPAIO, P. I. M. *O momento marginalista: uma arqueologia do pensamento econômico do século XIX*. 2019. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-09092019-170900/>. Acesso em: 2019-09-10.

Recebido em: 10/Set/2019 - **Aceito em:** 12/Jun/2020.